

## “A tua grandeza o povo bendiz”: representações e constituições no Hino Municipal de Coqueiros do Sul/RS

*“The people well say your greatness”: representations and constitutions in the municipal anthem of Coqueiros do Sul/RS*

Vitor Matheus Viebrantz 

Mestre em História

Universidade de Passo Fundo, Brasil

*171405@upf.br*

### Resumo

Como se constrói um “Coqueiros do Sul, a terra que amamos” da qual “a tua grandeza o povo bendiz”? Este questionamento especulativo provocamos a partir do Hino Municipal de Coqueiros do Sul/RS, do qual extraímos os trechos anteriores. Quais representações do passado que sua letra busca endossar? Tais questionamentos trazemos à Oficina de Clio para interpretar evocações que esse símbolo oficial provoca nos munícipes, no sentido de identificar como ele contribui(u) na seleção de aspectos históricos e identitários da “comunidade imaginada” coqueirense e na manutenção desses aspectos simbólico-ritualísticos. Compreendendo, portanto, o hino municipal como um símbolo, partimos metodologicamente da semiótica, operando uma análise sobre a construção dos objetos imediatos presentes em sua letra para remeter ao objeto dinâmico, que é, neste caso, a construção/estipulação de uma identidade coqueirense.

**Palavras-chave:** hino municipal; identidade; semiótica.

### Abstract

*How do we construct a “Coqueiros do Sul, the land we love” whose “people well say your greatness”? We provoke this speculative question based on the municipal anthem of Coqueiros do Sul/RS, from which we extracted the previous excerpts. What representations of the past do its lyrics seek to endorse? We bring these questions to Clio’s Workshop to interpret the evocations that this official symbol provokes in the citizens, in order to identify how it contributes(d) to the selection of historical and identity aspects of the “imagined community” of coqueirense and to the maintenance of these symbolic-ritualistic aspects. Understanding, therefore, the municipal anthem as a symbol, we methodologically start from semiotics, operating an analysis on the construction of the immediate objects present in its lyrics to refer to the dynamic object, which is, in this case, the construction/stipulation of a coqueirense identity.*

**Keywords:** identity; municipal anthem; semiotics



<https://doi.org/10.28998/rchv16n32.2025.0004>

Artigo publicado sob a [Licença Creative Commons 4.0](#)

Submetido em: 23/03/2025

Aceito em: 26/08/2025

Publicado: 29/12/2025

e-Location: 19361

## **Símbolo municipal e simbólico: um hino para quê?**

Um hino solene é uma composição sistematizada de letra e melodia. Tem como finalidade participar e determinar construções sociais, culturais, identitárias e ceremoniais que podem remeter ao culto de divindades, personagens, entidades e, sobretudo, às finalidades patrióticas (Silva, 2017). Nesse último sentido, figura como símbolo oficial da instância do Estado a que corresponde “oficialmente”. Insistimos no termo “oficial” porque, como tal, o hino é elaborado, instituído e imposto em contextos específicos, temporais e também pelo grupo e, ou, sujeitos que detinham o poder para fazê-lo e, ou, decidi-lo. É previsto por legislações e, mesmo que tenha sido fruto de uma construção com ritos coletivos, traz recortes, exclusões e apagamentos: expressa seleções do simbólico e ritualístico daquilo que busca definir como referencial do coletivo ao qual colateralmente corresponde.

Portanto, os hinos de cunho patriótico são não apenas símbolos representativos, mas também instrumentos e instrumentalizadores, operando ativa e ritualmente na seleção daquilo que se pretende pressupor – impor – como identidade daquela instância do Estado que representam em suas letras. Suas formulações evocam elementos que pretendem ser “comuns a todos”, ainda que construídos sob recortes específicos. Nesse sentido, operam como contribuição a uma “identidade narrativa” (Ricoeur, 2007), nas quais narrativas, símbolos e ritos reiterados moldam a forma como os sujeitos se reconhecem a si mesmos via simbólico e ritualístico, transformando a identidade individual e comunitária. Tais mecanismos estão diretamente conectados ao que Benedict Anderson (2008, p. 32) definiu como “comunidades políticas imaginadas”, isto é, noções de coletividade pela adesão simbólica a uma imagem comum de pertencimento.

Referindo-se à definição de nação, mas que também podemos aplicar a outras instâncias, como estados e municípios, o autor indica que “[...] qualquer comunidade maior a que aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada” (Anderson, 2008, p. 33). Ele as define dessa forma porque entende que os indivíduos jamais se conhecerão no “face a face” em total. Mas, ao se identificarem como membros por representações, trazem em “[...] mente a imagem viva da comunhão entre eles” (Anderson, 2008, p. 33), integrando tal coletividade.

Assim, o sentimento de pertencer ao município de Coqueiros do Sul, no estado do Rio Grande do Sul, é uma repercussão de uma constituição de “comunidade imaginada”. Mesmo

que haja delimitações espaciais e populacionais que definem e conformem o território e o demográfico, ser coqueirense é uma significação e identificação mais ampla de representações selecionadas de historicidade, práticas culturais e memória coletiva, colocadas como tais para formar a “comunhão” imaginada entre os sujeitos dali.

Para essa construção de “comunidade imaginada”, o hino municipal é um importante símbolo. É uma parte fundamental da construção ritualística “[...] pois, ao se cantar o hino, se recria e se reproduz a lealdade ao sujeito coletivo, o ‘nós’, que entra em comunhão com essa identidade transplantada para o âmbito [local]” (Berg, 2014, p. 108). O hino municipal remete, assim, a uma mensagem imediata para a definição do “nós local” como uma identificação para com as seleções, escolhas e dinâmica da memória coletiva.

Essa última que é “[...] um meio fundamental da vida social, uma das dimensões da ação coletiva [...] de criar, refazer ou destruir identidades sociais, de dar sentido, corpo e eficácia aos atos coletivos (Guarinello, 1994, p. 189). É precisamente nesse aspecto da eficácia da memória coletiva que ela se configura como um construto impositivo, que não apenas instaura e refaz, mas, como aponta Paul Ricoeur (2007, p. 455), opera “as estratégias do esquecimento”:

[Essas estratégias] enxertam-se diretamente nesse trabalho de configuração: pode-se sempre narrar de outro modo, suprimindo, deslocando ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como os contornos dela (Ricoeur, 2007, p. 545).

Dessa forma, o que se estabelece como a memória coletiva do grupo decorre de operações seletivas que produzem significados ao mesmo tempo em que enxertam e operam por tais “estratégias do(s) esquecimento(s)”. Tais construções não apenas estruturam o reconhecimento de pertencimento, mas também instituem fronteiras simbólicas que excluem outras experiências possíveis.

Nesse contexto da memória coletiva, os atos coletivos ganham densidade e eficácia justamente por estarem ancorados nas narrativas selecionadas, que são reiteradas por rituais públicos e símbolos oficiais – como o hino – que reforçam as representações dominantes do “nós” e suas versões de origem, continuidade e destino comum.

Qualquer que seja a característica ou natureza do hino, porém, a sua condição de ritual lhe confere determinados atributos especiais. O principal destes atributos seria, certamente, a capacidade de criar ou mais frequentemente de recriar uma temporalidade ou uma condição específica, que restabeleceria os vínculos primordiais entre aqueles que o entoam. Trata-se de um exercício de reavivamento de significados. O hino, ao ser entoado, (re)conta uma história

ou (re)transmite uma mensagem que faz lembrar porque se está na comunidade, assim como indica o que se deve desejar ser e o que tem valor, entre outras possibilidades (Silva, 2017, p. 52).

Assim, sua condição ritualística faz do hino uma remissão apelativa a outras temporalidades, outros contextos e sociabilidades, das quais se fez de si seu simbólico: seu “símbolo oficial”. Logo, concebe, expressa, reproduz e pereniza a identidade imaginada da “comunidade imaginada”. “Um hino oficial pode ser tomado como uma peça de legitimação e identificação de dada sociedade, por ser reconhecido por esta sociedade como uma representação da forma como ela própria se reconhece” (Colferai, 2010, p. 340). É nesse construto que um hino valida e endossa a construção daqueles que o fizeram, mas também daqueles que o vivenciam. E, assim, ele é aquilo que indicamos anteriormente: um instrumento para a correspondência de identidade e também um instrumentalizador dela; é e faz o simbólico, através da sua letra, melodia e também pela carga ritualística.

Como indica Manuel Estévez (2004, p. 349), ao cantar o hino os sujeitos “[...] recriam e reproduzem lealdades como sujeito coletivo” e passam experimentar a comunidade em si mesmos, em uma “simultaneidade comunitária”. O indivíduo que canta o hino pode (ou não) se sentir representado por ele, por sua mensagem, mas também porque se sente parte do que ele remete, da “comunidade imaginada” à qual ele pretende simbolizar e, como tanto, se faz ser parte dela, se reconhecer. Melliandro Galinari (2007), analisando os hinos nacionais, indica que os efeitos dos hinos nos sujeitos favorecem à:

Instância de recepção [...] despercebida, ou melhor, com a ‘guarda abaixada’ para a investida simbólica que recairá sobre as suas mentes, mas que corre ao mesmo tempo o risco de ser co-enunciada sem que o indivíduo se desse conta da violência (Galinari, 2007, p. 202).

Destarte, o processo de produzir efeitos está ligado a um complexo relacional e constitutivo simbólico, sendo sua mensagem um signo que subjetiva representações. Nesse sentido, trazemos as bases teórico-metodológicas da compreensão do hino oficial municipal como um signo, partindo de Lúcia Santaella (2005) e as considerações dela sobre a semiótica de Charles Sanders Peirce.

Partindo da concepção indicada pela autora, de que “A teoria semiótica nos permite penetrar no próprio movimento interno das mensagens, no modo como elas são engendradas, nos procedimentos e recursos nela utilizados” (Santaella, 2005, p. 5), ela permite, portanto, “[...] captar seus vetores de referenciabilidade não apenas a um contexto mais imediato, como

também a um contexto estendido” (Santaella, 2005, p. 5). Entendendo, assim, como objeto a mensagem dos signos e como esse tem suas referências em diversos outros contextos.

Nesse aspecto metodológico, Lúcia Santaella aponta da semiótica *pierciana* dois coeficientes: o objeto imediato e o objeto dinâmico. O primeiro se trata de como o signo se faz, se representa e evoca em relação àquilo que ele evoca. E, aquilo que ele evoca, ao que se refere, é o objeto dinâmico. Esses coeficientes são centrais na análise que constituímos no sentido de que, como signo, o hino tem “caráter de lei”, é um “legi-signo”, “[...] faz com que o singular se conforme, se amolde à sua generalidade” (Santaella, 2005, p. 13). Ou seja, só é operativo quando tomado pela sua lei, determinação.

Assim sendo, como legi-signo, o hino se refere a um “símbolo” que tem como objeto imediato “[...] o como o símbolo representa o objeto dinâmico” e de modo que “[...] o símbolo representa através de uma lei” (Santaella, 2005, p. 20). Sendo fundamental indicar ainda que, para essa relação ocorrer, é necessário que o sujeito tenha “experiência colateral” (Santaella, 2005, p. 22), que tenha tido algum trato prévio àquilo que o signo denota para que a referenciabilidade faça sentido subjetivo no seu experienciar, isto é, o signo só se completa no seu receptor.

Destarte, compreendemos os hinos municipais como objetos imediatos, símbolos, legi-signos das “comunidades imaginadas” às quais se referem: no caso da nossa análise, ao município de Coqueiros do Sul. Interpretando as projeções e investidas simbólicas que os hinos operam para seus receptores (aqueles que o cantam nos momentos oficiais, ceremoniais e ritualisticamente) em conexão a uma série de valores, condutas, historicidades, características, paisagens, saudosismos, fatos, características singulares que foram “[...] propositalmente e meticulosamente construídos no período em que foram adotados ou escolhidos como emblemas” (Berg, 2014, p. 108). São escolhas do que o(s) grupo(s) que detinha(m) o poder de decisão na constituição, seleção e regulamentação do hino quis(eram) – e quer(em) permanentemente – remeter, referenciar.

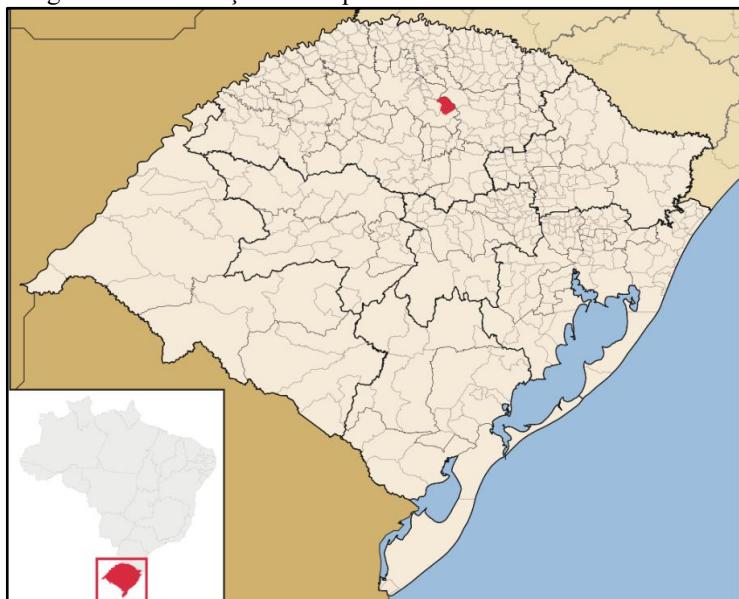
No Brasil, os símbolos oficiais nacionais são determinados pela Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971. Entre eles, está o Hino Nacional Brasileiro, para o qual a referida lei traz recomendações de ser executado em cerimônias patrióticas e, também, que deve imperar o sentido de respeito para com sua execução. No Rio Grande do Sul, é a Lei nº 5.213, de 5 de janeiro de 1966, que determina os símbolos oficiais, na qual o hino estadual também está elencado. Uma prescrição similar consta na lei: de ser executado em sentido patriótico e que

cause “regozijo público”. Tais legislações, instituídas por suas instituições representativas – ou seja, pelas assembleias dos políticos eleitos para tais funções –, são as imposições daquilo que pretendem constituir como identidade brasileira e sul-rio-grandense, e, no caso deste último, ainda a gaúcha.

O Hino Municipal de Coqueiros do Sul é também um símbolo oficial. Foi instituído pela Lei Municipal nº 1.471, de 25 de maio de 2009. Como consta nela, deve ser executado em todas as oportunidades comemorativas oficiais do município. Sendo símbolo oficial do município, serve como objeto imediato, como “símbolo” do legi-signo que busca apontar a Coqueiros do Sul, mas, sobretudo, aos coqueirenses, as identificações, historicidades e singularidades dessa “comunidade imaginada”.

### **Um hino sobre quem?**

Figura 1 - Localização de Coqueiros do Sul no Rio Grande do Sul



Fonte: Wikipédia (2024).

Coqueiros do Sul é um município localizado no norte do Rio Grande do Sul, na região fisiográfica do Planalto Médio. Foi emancipado de Carazinho e Sarandi no ano de 1992 e teve sua instalação político-administrativa em 1993. Anteriormente, eram os distritos de Coqueiros, Xadrez e Igrejinha, em Carazinho, e a localidade de Rio Bonito, em Sarandi. Como o processo de emancipação privilegiou os grupos e as demandas dos sujeitos moradores do distrito de

Coqueiros, sua historicidade foi sobreposta por esses mesmos sobre a dos demais (Viebrantz, 2024).

Com a consolidação do município, a narrativa adotada pela Prefeitura Municipal foi a de que a formação histórica de Coqueiros do Sul é a do distrito de Coqueiros. Conforme relata o “histórico do município” disponível no portal da Prefeitura Municipal:

A colonização do município de Coqueiros do Sul iniciou por volta de 1920, com loteamentos feitos pelo proprietário Sr. Homero Guerra e com medições a cargo de Carlos Niesse. Muito embora os primeiros habitantes do distrito de Coqueiros, tenham chegado por volta de 1924, quando ali havia apenas a Fazenda de Coqueiros de Propriedade de Felix Guerra, o distrito só começou a se organizar quando Guerra iniciou a colonização. Contam os descendentes dos primeiros colonizadores, que quando chegaram na região os primeiros moradores para iniciarem as “picadas” que davam acesso ao local onde depois iniciaram a construção de suas moradias, encontraram três coqueiros que se destacaram. O nome surgiu inicialmente como “Três Coqueiros”. Com o passar dos anos sem dados oficiais a denominação passou a ser Coqueiros. E, quando emancipado surgiu o nome de Coqueiros do Sul, para diferenciar de outro município com a mesma denominação (Portal da Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul, *online*).

Como indica o fragmento do “histórico” acima, a colonização promovida ao longo da década de 1920 se refere apenas ao local que mais tarde se tornou o distrito de Coqueiros. Isto é, as localidades de Xadrez, Igrejinha (que também foram distritos de Carazinho), Serra do Pontão, Colônia Rabelo, Travessão Coqueiros e Rio Bonito, que compõem o atual município, são excluídas do relato oficial municipal. Tal narrativa foi adotada pelos poderes oficiais da localidade a partir daquilo que a Comissão Emancipacionista havia constituído como justificativa histórica para criar a nova municipalidade ao longo do processo de emancipação, entre 1990 e 1992. Nossa intenção de reproduzir o trecho acima é indicar como a prefeitura, órgão máximo do poder executivo local, “conta” e segue “contando” a versão oficial da “história local”.

Nesse sentido, considerando o que Paul Ricoeur (2007, p. 455) indica das “estratégias do esquecimento”, podemos apontar a construção narrativa identitária marcada pelo que o grupo emancipacionista selecionou dos elementos do passado que favorecem uma autoimagem coesa e legitimadora, em detrimento de outras memórias que não contribuíam para os objetivos políticos e simbólicos. A história do distrito-sede, assim, é elevada à condição de origem legítima do município, enquanto as demais localidades e suas trajetórias são silenciadas.

Dessa forma, como se evidencia a partir do “histórico”, a história de Coqueiros é sobreposta às demais localidades, apagando suas formações e experiências. Esse processo configura um dos elementos centrais na constituição da identidade da comunidade imaginada coqueirense: a colonização apresentada como um percurso heroico, homogêneo e representativo de todo o território, com ênfase na “colonização” do distrito de Coqueiros. A narrativa oficial do município, portanto, se ancora na trajetória de seu distrito-sede, cuja centralidade simbólica será posteriormente reafirmada na letra do hino municipal, concebido por sujeitos vinculados ao grupo que protagonizou o processo de emancipação.

Contextualizando sua formação histórica, Coqueiros do Sul foi formado a partir de um processo histórico complexo de ocupação e colonização denominado de “salto para o Planalto” por Jean Roche (2022, p. 341). Nesse processo, os antigos latifúndios da região do Planalto, na porção norte do Rio Grande do Sul, que foram estabelecidos ao longo dos séculos XVIII, XIX e início do XX – através das doações de sesmarias ou por negociações entre proprietários –, passaram a ser comercializados para colonos descendentes dos imigrantes que chegaram ao estado ao longo do século XIX e se estabeleceram principalmente nas regiões dos rios Caí e dos Sinos (Roche, 2022).

O distrito de Coqueiros se formou a partir da colonização de parte da Fazenda dos Coqueiros. Essa foi constituída ainda na quarta década do século XIX, quando o tenente-coronel Joaquim Pacheco da Silva Resende e sua esposa, Anna Marcondes de Oliveira e Sá, adquiriram a área na extensão do antigo município de Cruz Alta e, a partir de 1857, em Passo Fundo (Schmitz, 2016). No início da década de 1910, a fazenda foi adquirida pela família Guerra, latifundiária na região da fronteira com a Argentina e o Uruguai (Ecker, 2007). Homero Guerra, filho do casal, veio para a região no final da década de 1920 para organizá-la, bem como organizar lotes de colônias que formaram as Colônias dos Coqueiros e a Xadrez, no então município de Passo Fundo e, desde 1931, em Carazinho.

Os lotes coloniais foram comercializados principalmente para colonos descendentes de alemães das regiões serrana e do Alto Jacuí sul-rio-grandense. A principal atividade econômica que se desenvolveu nessas colônias foi a pequena agricultura (Schmitz, 2016). Essa permaneceu como principal atividade econômica local até os dias hodiernos, como também descreve o portal da prefeitura: “A economia do município baseia-se principalmente nas atividades voltadas a agricultura e pecuária” (Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul, *online*). Ou seja, esse é outro

dos elementos essenciais à identidade da comunidade imaginada municipal: a centralidade da atividade agrícola.

Na documentação da emancipação reunida pela Comissão Emancipacionista e entregue à Comissão de Assuntos Municipais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para dar cabo ao processo legislativo da criação do novo município, um trecho faz referência a essa questão da colonização e do trabalho:

Com a nossa emancipação e a sede no distrito de Coqueiros [...], teremos nossa autonomia e o progresso que buscamos desde o assentamento dos nossos antepassados que como pioneiros colocaram o seu trabalho nas terras férteis desta região, sonhando ver um dia seu trabalho coroadado de êxito (Dossiê da Emancipação, 1991).

Os emancipacionistas ressaltavam que, dentre a memória coletiva que buscavam destacar aos parlamentares da Assembleia para que votassem favoráveis à emancipação, o trabalho dos “pioneiros” no passado foi responsável pelas condições favoráveis que dispunham para criar o município. Davam ênfase à questão de que o trabalho foi central no desenvolvimento das localidades rurais, referindo que a atividade da terra (agricultura) foi o que possibilitou esse “crescimento” que elencavam. Isto é, os emancipacionistas elencavam, com interesse de atingir seu objetivo de criar Coqueiros do Sul, centralidade no trabalho na terra como uma importante marca do que comporia ser coqueirense.

A colonização também suscitou na Colônia dos Coqueiros a formação de práticas culturais, como, por exemplo, a constituição, no final da década de 1920, das atividades religiosas cristãs (Schmitz, 2017). Essas foram expressivas nos quadros culturais e de sociabilidades na comunidade, marcando as manifestações religiosas pela moral e espiritualidade cristã. Essa questão também foi tornada, pela memória coletiva selecionada pelos emancipacionistas, como um dos elementos fundamentais à identidade da comunidade imaginária coqueirense. Até hoje, as instituições religiosas são partícipes ativas da vida comunitária, participando, inclusive, dos espaços e repartições oficiais de desfiles cívicos, das Sessões Legislativas da Câmara Municipal, de repartições da Prefeitura Municipal e nos discursos dos representantes políticos (Prefeitura Municipal de Coqueiros do Sul, 2024).

O distrito de Xadrez também foi formado a partir das extensões da Fazenda dos Coqueiros, em sua porção mais ao norte, com a colonização já a partir do final da década de 1930. A região do distrito de Igrejinha foi formada a partir do processo colonizador similar, mas não ligada à Fazenda dos Coqueiros (Ecker, 2007). No início da década de 1990, com as

novidades institucionais municipalistas inauguradas com a Constituição Federal de 1988, os moradores desses três distritos “se uniram” para buscar a criação da nova municipalidade, atingido o êxito da campanha em março de 1992. A sede do novo município se tornou o antigo distrito de Coqueiros e a história daquele distrito foi tornada oficial pelos emancipadores, eleitos para os cargos políticos e nomeados para cargos públicos.

Nesse sentido, a partir das fontes oficiais elencadas, queremos destacar três elementos que foram e são selecionados como representações identitárias do que é ser coqueirense a partir do que os emancipacionistas e o processo de emancipação estipularam. Ou, dito em outras palavras, do que estabeleceram como particularidades do ser parte da comunidade imaginada coqueirense: conexão com a atividade agrícola, a questão religiosa cristã e a colonização. Junto dessas questões, partindo da trajetória histórica do distrito de Coqueiros, que foram passadas à memória coletiva pelo grupo que conduziu a emancipação e que também se tornou o grupo dos primeiros dirigentes dos Poderes Legislativo e Executivo, ocorreu o reforço forjador das representações presentes na composição do hino municipal.

O hino municipal foi criado em um contexto específico de consolidação da memória coletiva do “ser coqueirense” em relação aos elementos que indicamos e que foram erigidos pelos emancipacionistas e primeiros mandatários. Como consta no Projeto de Lei nº 36, de 2009, que tramitou na Câmara Municipal de Vereadores de Coqueiros do Sul, entre abril e maio do mesmo ano, a proposta partiu de uma indicação do vereador Ilgo Odalvo Dickel sugerindo ao Poder Executivo sua criação. Com aprovação da indicação, foi enviada a sugestão ao prefeito Rafael Kochenborger, que a atendeu, encomendando ao carazinhense e maestro da Sociedade de Cantores *Niegedacht* de Coqueiros do Sul, Nicélio Endler, a composição da letra e melodia do hino, bem como a gravação de sua versão eletrônica.

Composta por um sujeito escolhido pelo dirigente municipal, a composição confirmou os elementos do “histórico” oficial, definido pelos emancipadores, sem discussão pública e coletiva. Elaborado individualmente por Nicélio, foi endossado pelo prefeito e por ele apresentado aos vereadores. Aprovado por estes, foi sancionado por aquele como Hino Municipal pela Lei Municipal nº 1.471, de 25 de maio de 2009, consagrando, assim, a memória coletiva construída a partir da perspectiva dos emancipacionistas e o papel ativo dos representantes institucionais – prefeito e vereadores – na legitimação legal dela. Nicélio Endler foi agraciado pelo município com uma homenagem de “Honra ao Mérito”, reforçando a valorização institucional conferida à composição do hino pela identidade municipal “oficial”.

## Um legi-signo: do simbólico do hino

A letra do hino, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.471, de 25 de maio de 2009, é a seguinte:

1- Pioneiros, partindo de plagas distantes,  
Mensageiros de um novo porvir,  
Cultura de raças vibrantes,  
Fizeram da terra o futuro florir,  
Fizeram do sonho a colheita do amor.

2- Com Fé no trabalho, pujante Coqueiros do Sul,  
Nasceu garboso no alto dos montes,  
Brilhando qual luz no Céu de infinitos;  
E o povo feliz, feliz traçou horizontes  
Cantando as vitórias do bom lavrador.

3- Abrindo caminhos, o olhar no futuro,  
O trabalho abençoado com fé no Senhor,  
O progresso será o fruto de todos,  
Unindo seu povo em fraterno amor,  
Unindo seu povo em fraterno amor.

4- Coqueiros do Sul, a terra que amamos,  
A tua grandeza o povo bendiz,  
Tua gente trabalha com mãos calejadas  
E canta as glórias de um povo feliz,  
De um povo feliz, de um povo feliz,  
De um povo feliz, de um povo feliz.

Ele possui quatro estrofes, sendo que as três primeiras possuem cinco linhas e a última estrofe, seis linhas, com a repetição da última frase. A composição deve ser entoada duas vezes, conforme previsto na lei, para sua execução completa. Tem sua música no tom de C, em dó maior, possuindo os acordes I, V e IV do tom e em alguns momentos aparecem os acordes II e VI. A melodia é basicamente formada por graus conjuntos, com saltos de terças executados ocasionalmente. A gravação<sup>1</sup> também foi feita por Nicétio Endler em canto solo.

Como citado anteriormente, a lei prevê que o hino deve ser executado em “comemorações oficiais do município” já que se trata de um símbolo oficial local, sendo integrante dos rituais que compõem o cotidiano dos poderes locais de Coqueiros do Sul. Sendo assim, um momento ceremonial de exaltação da memória coletiva local, selecionada e sancionada como o “ser coqueirense”, do se sentir parte, se identificar com a comunidade

---

<sup>1</sup> A versão gravada encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GFC7q5qedjg>. Acesso em: 15 out. 2024.

imaginada de Coqueiros do Sul. Analisando essa operação ritualística e identitária a partir da semiótica, interpretamos que o hino se configura como um objeto imediato àquilo que é e foi imposto como identidade do coqueirense: ele não é Coqueiros do Sul, nem “ser coqueirense”, mas é um legi-símbolo dele, que é seu objeto dinâmico.

Ao cantar ritualisticamente o hino, o sujeito pode alcançar simbolicamente o simbólico do que é ser coqueirense. A composição opera como lei para esse signo, pois coloca o sujeito como receptor em contato com a mensagem, com as representações presentes na letra da canção, fazendo com que esse se coloque diante dos elementos da generalidade, ao coletivo determinado. Perenizando o que foi instituído como memória coletiva a partir das “experiências colaterais”, dando sentido ao objeto imediato (hino) para a remissão ao objeto dinâmico (Coqueiros do Sul, “ser coqueirense”) que ele opera.

Assim, podemos apontar encaminhamentos sobre nossa questão inicial de como o hino contribui(u) para a construção da ideia de “Coqueiros do Sul, a terra que amamos”, da qual “A tua grandeza o povo bendiz”: além da carga ritualística, o hino é um objeto imediato dos valores, historicidade, temporalidade, particularidades e amabilidade que os “coqueirenses” – objeto dinâmico – têm (ou espera-se que tenham) para com esse objeto imediato que ele simboliza. Ele opera um legi-signo com força simbólica para que os indivíduos possam se compreender parte do processo de formação do distrito de Coqueiros, instituído pelos emancipacionistas como memória coletiva de todos os que se sentem parte da comunidade imaginada de Coqueiros do Sul.

A primeira estrofe do hino remete exatamente à questão da historicidade a que nos referimos anteriormente: o processo de colonização ocorrido no distrito de Coqueiros, que se tornou a sede do município de Coqueiros do Sul. A menção aos “pioneiros” que “partiram de plagas distantes”, objetos imediatos dessa parte inicial da canção, situa o processo histórico que compõe a memória da formação do distrito de Coqueiros: a colonização da Colônia dos Coqueiros por sujeitos oriundos das “colônias velhas”.

O trecho “cultura de raças vibrantes” complementa, se reportando aos colonos vindos de lá. As duas linhas seguintes constroem a ideia do trabalho no sentido de dileção, expresso por meio do binômio esforço e recompensa, já que simbolicamente introduz a marca trabalhadora dos “coqueirenses”: os objetos imediatos das frases “fizeram da terra o futuro florir” e “fizeram do sonho a colheita do amor”. Esses que, por fim, remetem a duas implicações

da identidade que o hino vem reforçar (no sentido de remeter ao objeto dinâmico): o trabalho com “afinco” e o objetivo “benevolente” componente deste.

A segunda estrofe contribui para esse argumento identitário, remetendo à religião como suscitadora e justificativa dessa “marca” do “ser coqueirense”: “Com Fé no trabalho, pujante Coqueiros do Sul”. Essa “Fé” em letra maiúscula se refere à religiosidade presente desde os primórdios da colonização, como analisamos, que havia figurado como parte do arcabouço social e cultural no distrito de Coqueiros. O objeto imediato está remetendo a outro importante componente selecionado identitário: a religiosidade, a qual também é paralelamente reforçadora da importância do trabalho, como consta na sequência da canção – “no trabalho”. Considerando o núcleo ideológico cristão, o trabalho é um importante elemento cotidiano e existencial.

Destarte, a representação da letra é valorativa ao trabalho que se conecta à religiosidade cristã dos primórdios coloniais de Coqueiros (colônia e distrito). E esta se associa ao desenvolvimento que ocorre com aquele: as duas linhas seguintes complementam a questão, onde teria Coqueiros do Sul (pela centralidade do distrito de Coqueiros) nascido “garboso”, com potencial desde seu início, “brilhando qual luz” como expressão do seu crescimento.

A penúltima linha da segunda estrofe se refere àquilo que o hino busca constituir como objeto dinâmico, o “ser coqueirense” e, sobretudo, o “Coqueiros do Sul, a terra que amamos”: ao inserir “E o povo feliz, feliz traçou horizontes”, a canção entusiasma que o povo do passado – da temporalidade da colonização – esteve envolvido e expressava felicidade nesse potencial coqueirense, que aqueles sujeitos traçaram horizontes rumo ao “garboso” anteriormente posto. Simbolicamente, o cântico insere o “povo” – aquele do passado colonial de Coqueiros – como objeto imediato, sublinhando esse propósito de pertencimento a outra historicidade, que seria linear, herdada ao presente.

Portanto, confere e confirma a “felicidade” e os “horizontes” lineares ao que é “ser coqueirense”, pertencer a esse local, expressada desde a temporalidade do processo de colonização que o hino está se remetendo como certeza de prosperidade. Tal construção de temporalidade linear e contínua entre passado e presente remete também ao que Paul Ricoeur (2007, p. 455) aponta como “memória manipulada”, constituinte das “identidades narradas”: as “estratégias dos esquecimentos” com o encadeamento coerente dos eventos históricos para legitimar o presente e projetar um futuro desejável, mesmo que à custa de esquecimentos e simplificações.

A estrofe conclui com uma menção a outra das características identitárias que o hino busca reforçar em relação ao trabalho: a atividade agrícola, em “Cantando as vitórias do bom lavrador”. Com essa frase, ele recupera o processo de colonização a que se está referindo e que seria o impulsionador do crescimento, ou seja, “as vitórias” foram aquelas atreladas ao “lavrador”, os indivíduos que chegaram àquele local “garboso” e, “com Fé no trabalho”, viabilizaram a abertura das picadas, das lavouras e lavraram o solo. O objeto imediato aqui está simbolizando a importância que a agricultura teve outrora e ainda possui no município e que foi através do trabalho do “lavrador” que o município pôde e tem potencial de crescer. Reforçando, assim, a centralidade na memória local em torno das atividades rurais e invocando dinamicamente o “ser coqueirense” como o trabalhador da terra, “lavrador”.

O início da terceira estrofe reafirma o que o hino constrói nas linhas anteriores: se referindo à colonização com a frase “abrindo caminhos” e ao crescimento da localidade em “o olhar no futuro”, remetendo à anterior afirmação dos “horizontes” em sentido de referenciabilidade a um suposto progresso linear. A segunda linha da mesma estrofe retoma a ideia da religiosidade, se referindo ao cristianismo, que foi atuante nas comunidades coqueirenses: “trabalho abençoado com fé no Senhor”; a referência pela palavra senhor, grafada com letra maiúscula faz uma menção a Jesus Cristo.

Através desse objeto imediato, que é a citação de “Senhor”, a letra reforça o elemento religioso e cristão que povoa a identidade do objeto dinâmico do “ser coqueirense” que o hino busca impor, conformar e consolidar. As frases seguintes novamente recuperam a ideia de coletividade, de que “o progresso será o fruto de todos” e que ele vai “unindo seu povo em fraterno amor”, reforçando a ideia do progresso linear. Apontam também a intenção da canção em legitimar as identificações centrais da comunidade imaginada coqueirense como consequência dos elementos da colonização, do trabalho agrícola e da religiosidade cristã, utilizando como objetos imediatos as concepções de progresso e fraterno amor, bem como unidade.

Por fim, a quarta e última estrofe faz o “arremate” do objeto imediato informando logo na sua primeira frase a referência a Coqueiros do Sul, dando um vislumbre intencional ao objeto dinâmico que todo o simbólico presente no hino busca constituir: do “ser coqueirense”. Logo em sequência, a afirmação “a terra que amamos” desfecha a intencionalidade de causar apreço ao município, à memória local e ao se sentir parte desse lugar, dessa comunidade imaginada. A frase seguinte “a tua grandeza o povo bendiz” novamente apela ao simbólico do ritualístico e

do prezar pela localidade, retomando a agência do “povo”, impondo um legi-signo no sentido de que os sujeitos que formam esse povo devem bendizer a grandiosidade de Coqueiros do Sul.

A frase “Tua gente trabalha com mãos calejadas” é objeto imediato de duas representações já inseridas no hino: a do trabalho com “afinco” e do trabalho do lavrador, da agricultura. O excerto “mãos calejadas” remete à ideia de trabalhos manuais, realizados pelos sujeitos ligados à agricultura e que são, nessa mensagem, consequência de um empenho laboral intrépido, sendo tais sujeitos, pelo seu amor e bendizer a Coqueiros do Sul, regozijantes de suas “glórias”, de seu crescimento e memória coletiva, partícipes da comunidade imaginada coqueirense.

As duas últimas linhas repetem e insistem na representação de que essa mesma comunidade é “de um povo feliz”, ou seja, qualquer indivíduo que é parte dela tem as felicidades das representações contidas na composição do hino. A repetição produz efeito incisivo ao sujeito cantante de se identificar simbolicamente com o “ser coqueirense”, desse “povo feliz”, participar dessa comunidade imaginada que é objeto dinâmico do hino, de se sentir ritualisticamente integrante dela e das identificações constituídas nas estrofes anteriores.

A última estrofe opera centralmente um legi-signo, pois as representações presentes nela colocam o sujeito em contato direto com as sensações esperadas, ritualísticas e simbólicas centrais que ele deve manifestar. Ou seja, buscar se colocar à generalidade do que é o objeto dinâmico dela. Esse trecho pavimenta não apenas a simbologia presente nas estrofes anteriores, mas também um ordenamento de lei do que o coqueirense deverá ter em relação a Coqueiros do Sul: amar, bendizer, trabalhar com mãos calejadas, cantar “glórias de um povo feliz”. Isto é: informa do ritualístico, do simbólico e, ao se constituir como legi-signo, institui sensações esperadas aos que se sentem parte da comunidade imaginada do “ser coqueirense”.

### Considerações finais

Partindo metodologicamente dos operantes da semiótica indicada por Lucia Santaella (2005), nossa problematização permitiu identificar elementos centrais presentes na letra do Hino Municipal de Coqueiros do Sul que constituem um legi-signo, no sentido de constituir identificações e generalidades esperadas dos sujeitos coqueirenses. Analisando as evocações presentes no hino – seus objetos imediatos –, verificamos excertos da memória coletiva do que compôs o processo de emancipação (1990-1993), quando da justificativa pela criação do município a partir do distrito de Coqueiros.

Isto é, o hino informa sobre elementos que compuseram as justificativas pela criação do município a partir do distrito que se tornou sede (Coqueiros) em exclusão à historicidade dos demais. É o caso dos elementos que citamos: colonização, trabalho agrícola e religiosidade cristã. Assim, o objeto dinâmico presente no hino é o “ser coqueirense”, as identificações esperadas dos indivíduos que o cantam, partindo dessas representações do distrito de Coqueiros para o município de Coqueiros do Sul.

Portanto, para construir a ideia de um “Coqueiros do Sul, a terra que amamos” que provocamos no início do texto, a partir do hino, esses são os eixos centrais que a canção evoca. Além das citadas representações, a insistência da justaposição de que as atitudes de amar, bendizer, trabalhar com mãos calejadas e cantar “glórias de um povo feliz” remete ritualisticamente à própria ideia de “garbo” que o município teria e, por conseguinte, seu povo. Por isso, como indica o fragmento “A tua grandeza o povo bendiz”, remetendo não apenas às identificações e simbolismos, mas também ao entusiasmar sobre ser parte desta “comunidade imaginada” coqueirense.

Destarte, as representações presentes na letra e melodia consagram a historicidade do distrito-sede, operando simbolismos e identificações – objetos imediatos – para que os sujeitos possam, através do ritualístico do cantar coletivo e em eventos oficiais do município, apreender as particularidades selecionadas para ser parte do “ser coqueirense”, conforme os responsáveis que instituíram o hino decidiram representar.

Nesse sentido, podemos apontar como o hino contribui(u) na construção da “comunidade imaginada” de Coqueiros do Sul, tendo potencial como objeto imediato e ritualístico, de remeter ao objeto dinâmico de identidade, para a consolidação das estratégias políticas e sociais dos grupos dirigentes associados aos aspectos da manutenção da religiosidade cristã como a primordial (das comunidades católicas e protestantes) e da agricultura como aspecto “indispensável” ao desenvolvimento e como “marca” do local, sobrepondo a historicidade de um grupo aos outros.

## **Referências**

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BERG, Tiago J. A representação da paisagem nos hinos nacionais nórdicos. **CLIMEP - Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro, v. 8, n. 1, p. 108-133, 2014. Disponível

em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/climatologia/article/view/7891>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. **Lei N. 5.700, de 1º de setembro de 1971**. [Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5700compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5700compilado.htm). Acesso em: 20 set. 2024.

COLFERAI, Sandro A. Ribeirinhos e colonos: a representação de uma identidade preferencial no hino de Rondônia. **Raído**, Dourados, v. 4, n. 7, p. 333-346, jan./jun., 2010. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/606/541>. Acesso em: 15 nov. 2024.

COQUEIROS DO SUL. Prefeitura Municipal. **100 anos de colonização**. [S.l., S.n.], 2024. Acervo do autor.

COQUEIROS DO SUL. Câmara Municipal. **História**. [Material eletrônico e *online*]. Disponível em: <https://coqueirosdosul.rs.leg.br/pagina/historia>. Acesso em: 2 out. 2024.

COQUEIROS DO SUL. **Lei N. 1.471, de 25 de maio de 2009**. [Institui o hino como símbolo oficial do município de Coqueiros do Sul]. Disponível em: <https://cespro.com.br/geraPDF.php?pasta=7416/2009/L1471>. Acesso em: 2 out. 2024.

COQUEIROS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Histórico**. [Material eletrônico e *online*]. Disponível em: <https://www.coqueirosdosul.rs.gov.br/dados>. Acesso em: 20 set. 2024.

COQUEIROS DO SUL. **Projeto de Lei n. 36 de 2009**. [Propõe a instituição do Hino Municipal de Coqueiros do Sul]. Acervo da Câmara Municipal de Coqueiros do Sul, Coqueiros do Sul.

ECKER, Adari F. **A trilha dos pioneiros**. Passo Fundo: Berthier, 2007.

ESTÉVEZ, Manuel G. El amor a la patria y a la tribu: las retóricas de la memoria incómoda. **Revista de Antropología**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 345-377, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/x9rGsDnhPfDCJp67RpKYzTH/?lang=es>. Acesso em: 12 de nov. 2024.

GALINARI, Melliandro M. **A Era Vargas no pentagrama: dimensões político-discursivas do canto orfeônico de Villa-Lobos**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

GUARINELLO, Norberto L. Memória coletiva e história científica. **Revista Brasileira de História**, v. 14, n. 28, p. 180-93, 1994. Disponível em: [https://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/download/1245523162\\_ARQUIVO\\_norbertoguarinello.pdf](https://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/download/1245523162_ARQUIVO_norbertoguarinello.pdf). Acesso em: 12 nov. 2024.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François – Domínios da Razão. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Dossiê Emancipação**. 1991. Volume anexo ao Processo legislativo Nº 1895-0100/1991 de credenciamento da Comissão Emancipacionista de Coqueiros do Sul. Fundo: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, série: avaliação de propostas para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios do Estado, caixa: 166. Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei N. 5.213, de 5 de janeiro de 1966**. [Dispõe sobre a forma e a apresentação dos símbolos do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências]. Disponível em:

<https://ww3.al.rs.gov.br/filerepository/replegiscomp/Lei%20n%C2%BA%2005.213.pdf>.

Acesso em: 2 out. 2024.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022.

SANTAELLA, Lucia. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

SCHMITZ, Kalinka O. A religião protestante e os colonos da Colônia dos Coqueiros (RS). In: SIMPÓSIO DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E RELIGIOSIDADES REGIONAL SUL - ANPUH, 5, 2017, Passo Fundo. *Anais* [...]. Passo Fundo: GT História das religiões e 142 religiosidades, 2017. p. 527-536. Disponível em:

[https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/5410667/JBM\\_FilosofandoReligiao\\_2017.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/5410667/JBM_FilosofandoReligiao_2017.pdf).

Acesso em: 12 nov. 2024.

SCHMITZ, Kalinka O. **Colonização no planalto rio-grandense: as colônias dos Coqueiros (1928) e Xadrez (1938)**. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Curso de Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

SILVA, José M. Um hino para a cidade: as disputas pela representação da memória e identidade através dos hinos cívicos em Feira de Santana, no século XX. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 2, n. 35, p. 51-74, jul./dez., 2017. Disponível em:  
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/230445/27922>. Acesso em: 14 nov. 2024.

VIEBRANTZ, Vítor M. “**Porque emancipar?**”: o uso político do território na emancipação de Coqueiros do Sul/RS (1990-1993). 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo. 2024.

WIKIPÉDIA. Mapa do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Coqueiros\\_do\\_Sul#/media](https://pt.wikipedia.org/wiki/Coqueiros_do_Sul#/media).

Acesso em: 6 fev. 2024.